



**PRIMEIRO
MINISTRO**

**NOTAS DE ABERTURA DE SUA EXCELÊNCIA O PRIMEIRO-MINISTRO DA
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE,
DR. RUI MARIA DE ARAÚJO,
NO EVENTO DO GABINETE DAS FRONTEIRAS MARÍTIMAS – INSTITUTO
INTERNACIONAL DA PAZ**

**“A História de Timor-Leste: Garantindo a sua Soberania Terrestre e
Marítima”**

**Nova Iorque
1 de outubro de 2015**

Obrigado por se juntarem a nós para nos ouvirem e oferecer-nos as vossas ideias, experiência e sabedoria enquanto partilhamos a história de Timor-Leste relativamente à conquista da nossa soberania sobre o nosso território terrestre e agora sobre o nosso território marítimo.

Muitos conhecem a nossa luta pela independência mas o mais importante ainda é que muitos estiveram connosco durante esses longos e difíceis anos.

Nós, timorenses, somos um povo forte e resiliente. Combatemos contra um adversário muito mais forte e pagámos um preço muito alto para garantirmos a nossa soberania.

Construímos a nossa nação por cima das cinzas da guerra e estamos empenhados no nosso desenvolvimento, seguindo o nosso Programa de Governo e o nosso Plano Estratégico de Desenvolvimento.

Quando fizemos a transição para a auto-governança, algo inédito em mais de 500 anos, estabelecemos uma democracia parlamentar, sistemas de administração pública e começámos a assentar os alicerces de um Estado.

Somos hoje um Estado de direito com uma sociedade aberta, meios de comunicação social livres e uma sociedade civil robusta.

Temos a maior percentagem de representação de mulheres no Parlamento do mundo.

Embora tenhamos ainda um longo caminho a percorrer, temos muito orgulho nas nossas conquistas, a construção da paz e a construção do Estado.

Todavia a nossa luta pela soberania ainda não terminou. A última fronteira é o território marítimo de Timor-Leste.

Timor-Leste ainda não definiu fronteiras marítimas permanentes com os seus dois grandes vizinhos, a Austrália e a Indonésia.

Estamos satisfeitos por podermos anunciar que já iniciámos conversações com a Indonésia, relativamente às fronteiras marítimas. Este é um primeiro passo histórico rumo à definição de fronteiras marítimas definitivas. Como ambos os Estados partilham da esperança de chegar a um acordo final sobre as fronteiras segundo o direito internacional, acreditamos que vamos fazer bons progressos.

O que pedimos à Austrália é exatamente o mesmo: sentemo-nos juntos à mesa e tratemos finalmente de definir a linha.

O Governo de Timor-Leste determinou que a definição das nossas fronteiras é uma prioridade nacional. Esta prioridade nacional é partilhada por todos. Não poderemos dizer que atingimos plena soberania até ver reconhecidos os nossos direitos sobre o nosso território terrestre e o nosso território marítimo.

Enquanto nação costeira, os mares e oceanos que nos rodeiam são essenciais para a cultura e o modo de vida dos timorenses, sendo igualmente uma fonte vital de subsistência para o nosso povo.

Como nação pequena que somos, estamos cientes das nossas vulnerabilidades. Vivemos num mundo desigual. Desde sempre que os pequenos Estados correm o risco de ser engolidos por interesses e agendas maiores.

É por isto que Timor-Leste apoia tão vivamente as Nações Unidas e o direito internacional. O sistema multilateral e o direito internacional orientam comportamentos justos e podem dar, aos Estados, opções relativamente à resolução de disputas.

Amigos,

Após a descoberta de vastas reservas de petróleo e gás no Mar de Timor durante as décadas de 1950 e 1960, a Indonésia e a Austrália iniciaram negociações sobre a delimitação do fundo do mar. Timor-Leste, na altura uma colónia portuguesa, não foi incluído nestas negociações.

A Austrália foi a primeira e única nação no mundo a reconhecer a ocupação militar indonésia de Timor-Leste, no seguimento da invasão militar de 1975.

As Nações Unidas, por outro lado, não reconheceram esta ocupação.

Esta é apenas uma pequena parte da história que conduziu a um acordo entre a Austrália e a Indonésia relativamente aos direitos sobre o fundo do mar, antes da independência de Timor-Leste. Este acordo, conhecido como o Tratado do Timor Gap, deu à Austrália direitos de pesquisa e exploração de recursos numa vasta área do Mar de Timor, mesmo até à Depressão de Timor, a umas meras 40 milhas náuticas da costa de Timor-Leste.

O Tratado do Timor Gap deixou de ser reconhecido depois de os timorenses terem votado de forma esmagadora pela independência. Todavia, o seu formato tornou-se a base para negociações sobre um novo tratado entre a Austrália e a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), a qual administrou o nosso país entre 1999 e 2002.

Os traços deste passado permanecem no atual regime de tratado interino entre a Austrália e Timor-Leste. Este regime estabelece acordos temporários para a partilha de recursos, que contudo não prejudicam a demarcação final de fronteiras marítimas entre os nossos países.

É chegada a hora de definirmos permanentemente as nossas fronteiras marítimas e de reconhecermos e fazermos valer os direitos de Timor-Leste, à luz do direito internacional.

A nossa experiência diz-nos que o direito internacional é eficaz na proteção dos direitos e interesses de pequenos Estados.

Quando Timor-Leste contestou, junto do Tribunal Internacional de Justiça, a apreensão por parte da Austrália de documentos confidenciais que nos pertenciam, Timor-Leste e Austrália estiveram lado a lado como iguais – e o TIJ decidiu a nosso favor.

Timor-Leste instaurou, também, uma ação legal contestando o atual regime do Tratado do Mar de Timor, alegando que a Austrália espiou a equipa negociadora de Timor-Leste no período que precedeu o acordo de 2006.

Contamos agora com o direito internacional para determinarmos as nossas fronteiras marítimas com os nossos grandes e poderosos vizinhos. Todos os Estados que aderiram à Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, incluindo Timor-Leste, a Austrália e a Indonésia, estão vinculados às regras e princípios da dita Convenção.

A Convenção contém mecanismos de resolução de disputas para ajudar os Estados a chegarem a acordo sobre fronteiras marítimas. Contudo, em março de 2002, mesmo antes de Timor-Leste se tornar uma nação independente, a Austrália optou por se retirar da jurisdição do Tribunal Internacional de Justiça e dos órgãos de resolução de disputas previstos na Convenção, relativamente à questão da demarcação de fronteiras.

Deste modo, caso não consigamos chegar a um acordo bilateral com a Austrália, Timor-Leste não poderá solicitar a um tribunal internacional que decida onde fica uma fronteira equitativa, segundo o direito internacional.

Temos esperança que o novo Primeiro-Ministro da Austrália esteja preparado para se juntar a nós à mesa das negociações e fechar a última lacuna nas fronteiras marítimas da Austrália.

Tudo o que pedimos é o reconhecimento dos nossos direitos marítimos segundo o direito internacional.

Obrigado.

Dr. Rui Maria de Araújo
Nova Iorque, 1 de outubro de 2015